

Choque de oferta

Parece não restar dúvida de que as práticas recessivas se mostraram inoperantes para conter a inflação. Postas em movimento desde o instante inicial da atual administração política, lá se vão quase 18 meses, os preços, não obstante, continuaram em permanente ascensão. Nesse período, o Governo viu-se compelido a intervir no processo com a repetição de um congelamento de todos os valores em curso na economia, seguido da aplicação de verdadeira trava nos investimentos.

Agora mesmo, os sintomas de exacerbação inflacionária acentuam-se de modo inquietante, malgrado o aperto adicional na política fiscal e monetária. As taxas de juros atingem hoje patamares insuportáveis e conduzem a uma paralização extremamente radical do sistema produtivo. E, ainda assim, aquela exacerbação não dá sinais de que irá reverter no sentido da queda no ritmo da inflação. Está-se, portanto, diante de uma realidade incontornável, isto é, a diminuição dos níveis produtivos da economia e dos ativos financeiros em poder da sociedade não gera mecanismos inibidores da escalada dos preços.

Se, no âmbito do Governo, havia expectativas otimistas sobre eventuais efeitos de uma recessão conjuntural e controlada, já agora não há mais razão alguma para mantê-las. Os resultados colhidos são pérfidos e as projeções para o futuro desanimadoras. A razão tende a socorrer, nas presentes circunstâncias, o posicionamento do empresariado, manifestamente a favor de um **choque de**

oferta. Se prevalecer o princípio clássico de que a satisfação adequada do consumo pelo oferecimento generoso de bens, serviços e alimentos ao mercado é a chave para derrubar os preços, o Brasil poderá encontrar um novo e mais racional caminho para a estabilidade econômica. É indispensável buscá-lo com energia e obstinação, fracassada como se revela a via recessiva até agora trilhada pelo Governo.

Para mudar, contudo, os rumos das diretrizes econômicas na direção da retomada do crescimento, que é a quanto importa o mencionado choque de oferta, é fundamental rever a política monetária. As atuais taxas de juros não se compatibilizam com a justa remuneração do capital, por se encontrarem em patamares elevadíssimos, irrealistas. Assim, torna-se inviável a apropriação de meios financeiros para a cobertura dos encargos em giro nas empresas e, pior ainda, de recursos para investimento em projetos de expansão econômica.

Se o Governo tenciona, como tudo faz crer, experimentar todas as alternativas capazes de conduzir à estabilidade, urge agora abraçar decididamente a retomada do desenvolvimento. A recessão esgotou completamente as suas possibilidades como mecanismo de atualização econômica. Mas para tentar a nova saída, o primeiro passo, seguramente, será o de colocar as taxas de juros em níveis adequados ao suprimento de capitais ao mercado. Outra medida fundamental será o aprofundamento, em maior velocidade, do processo de desestatização.